



IV Simpósio Internacional de **Acolhimento Familiar**

Campinas/SP – 20 a 23 de março de 2023

Apresentação oral - resumo

Realização



UNICAMP



INSTITUTO
Geração Amanhã

Trabalho de formação continuada com as famílias acolhedoras do município de Blumenau/SC

Nara Rubia Schramm
Rafaela Pereira

Introdução: De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente as crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais “[...] facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990) com absoluta prioridade, “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público [...]” (BRASIL, 1990). No entanto, quando a família não puder prestar estes cuidados devido ao afastamento por medida protetiva, o Estado é responsável por fornecer cuidados alternativos às crianças/adolescentes, sendo o Serviço de Acolhimento Familiar o mais indicado para esses casos. O documento de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (BRASIL; MDS/SNAS, 2009), oferece indicações sobre como operacionalizar esse serviço: o processo de seleção, avaliação e formação das famílias acolhedoras (FAs), porém oferece poucas indicações sobre como interagir com os cuidadores das crianças e adolescentes de maneira a apoiarem seu desenvolvimento. Crianças/adolescentes em acolhimento são mais propensas a sofrer danos em seu processo de desenvolvimento, em função de experiências precoces de abusos, violências, abandono, isso, por sua vez pode afetar negativamente o desenvolvimento, o comportamento e a capacidade da criança em formar relações sociais saudáveis, conforme os dados citados no III Seminário Internacional de Acolhimento Familiar (SOBRAL, 2019). Diante desse cenário o acompanhamento da equipe técnica em todo o processo do acolhimento é tarefa necessária com o propósito de ultrapassar o caráter assistencialista “de ajuda” para uma dimensão política desse cuidado ofertado pelas FAs. Cuidar de uma criança/adolescente nas condições descritas anteriormente é desafiador e estressante, como é confirmado no acompanhamento direto às FAs por meio dos relatos dos cuidadores deste serviço. Para atender as complexas demandas apresentadas pelos acolhidos de modo a promover a restauração emocional, a resiliência e o crescimento, além de sua emancipação enquanto sujeito, os acolhedores precisam receber orientação e formação contínua, para não exacerbar as dificuldades apresentadas pelas crianças/adolescentes ou replicar inclusive as relações de poder que alimentam violências e também para reconhecer essas expressões como resultantes da contradição e desigualdade social implícitas pelo próprio sistema vigente. Uma das primeiras tarefas do processo de habilitação das FAs é saber que as mesmas não estão

prontas, é necessário o trabalho de formação inicial, momento que exige identificar nos interessados, abertura, disponibilidade, vontade, empatia, entre outros aspectos subjetivos, como a motivação para a função, e ainda exige confiabilidade, respeito e habilidade em lidar com as diferenças por parte do profissional envolvido a fim de construir vínculo de trabalho. A aposta na formação e capacidade de engajamento das famílias na busca por superar junto com os técnicos as adversidades no acolhimento rompendo o olhar de “ajuda” para a criança/adolescente, alcança um fazer que impacta positivamente na vida das mesmas e de suas famílias. A formação e a constante avaliação da prática profissional, concomitante com o compromisso profissional de conhecer profundamente as principais leis, normativas, marcos regulatórios que direcionam o trabalho é fundamental. O fazer profissional nesse cotidiano é conduzido pela interpretação da realidade social e está norteado por um projeto ético-político de sociedade, com a contribuição de repertório teórico crítico das respectivas áreas de formação que problematizam o caráter dinâmico da sociedade e dos aspectos biopsicossociais a ser considerados. É necessário identificar a proximidade com que os técnicos precisam estar com as FAs para melhor visualizarem as potencialidades a serem trabalhadas e as dificuldades a serem sanadas. Desenvolver as competências é um trabalho constante: No acolhimento familiar, a família acolhedora competente é aquela que vivencia um processo compartilhado e contínuo de aprendizagem, mediado pela equipe técnica do SFA por meio de formação continuada e que objetiva, além da qualificação do acolhimento em si, a criação de sujeitos coletivos [...]. (PINHEIRO; CAMPELO; VALENTE, 2021, p.67). Na experiência que se tem no Serviço de Acolhimento Familiar de Blumenau/SC, busca-se executar mensalmente reuniões temáticas e troca de experiências entre as FAs. A expectativa versus a realidade encontrada no acolhimento já é trabalhada no momento de capacitação inicial, mas é no acolhimento da criança/adolescente que as questões antes estudadas aparecem como desafios a serem enfrentados. Na perspectiva de uma realidade dinâmica, em constante transformação, situar o serviço enquanto integrante de uma política pública e a introdução em temas relacionados não dá conta de abranger toda a complexidade que envolve a atuação nessa área. São nos momentos críticos do acolhimento que se faz mais importante o apoio e o trabalho da equipe técnica, momento para se prestar atenção nas falas e comportamentos, assim como no silêncio dos cuidadores acolhendo suas queixas ou demandas como material a ser trabalhado. Questões como o olhar que possuem a respeito das dinâmicas e configurações das famílias de origem trazidas pelas crianças, seus costumes e crenças, aspectos culturais, situações de saúde e de violências, são alguns fatores que impactam e dificultam o manejo com as crianças/adolescentes e indicam, muitas vezes, que há a ausência da percepção do

sujeito como ser social construído coletivamente em meio a uma sociedade desigual. Valores e competências podem ser trabalhados quando se tem abertura e relação de confiança. Os assuntos e temas abordados no espaço das reuniões mensais, aproximando os conhecimentos técnicos e teóricos e confrontando teoria e prática, conduzem para melhores estratégias a serem adotadas a fim de buscar a perspectiva do melhor interesse da criança/adolescente e promover mudanças indo para além do olhar na família (biológica do acolhido) enquanto encarregada de sanar sozinha a condição apresentada. Na vivência cotidiana do acolhimento surgem inúmeras dúvidas, desafios, e situações inesperadas. Os encontros de formação continuada através dos encontros mensais surgem como espaços políticos e de crescimento, possibilitando o engajamento das FAs e fomentando um olhar cuidadoso para a criança/adolescente, ampliando a dimensão política da atuação dos serviços de acolhimento. **Objetivo:** Buscar sensibilizar e capacitar as FAs do município de Blumenau/SC para que consigam através do amor, afeto, respeito e formação, se perceberem como agentes de transformação social na defesa de direitos. **Método:** Propiciar reuniões temáticas mensais, com foco nas demandas apresentadas no cotidiano do acolhimento familiar, nas questões sociais envolvidas com as principais causas dos acolhimentos; buscar o envolvimento de atores de outras políticas públicas e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, entre outros profissionais envolvidos no cuidado de crianças e adolescentes. Com o acesso às informações melhor será o atendimento e o olhar para com as questões sociais envolvidas, as formas de cuidado e proteção nas diversas famílias, em seus diversos formatos e aspectos. O olhar se estende do acolhido para sua família e para todos da comunidade. A ajuda, o amor pela criança/adolescente passa a ser compreendida como uma maneira de humanizar a vida que precisa ser atendida em suas necessidades individuais e sociais. O papel de acolhedor passa também pelo exercício de cidadania e proteção de direitos. A FA começa a se perceber fazendo parte do sistema de proteção, participando de um projeto social que ultrapassa os limites de sua casa. São realizadas descrição em formato de memória dos encontros mensais para futuros diagnósticos e estudos, informações que ajudam a busca de maior qualificação profissional, sabendo que teoria e prática devem andar juntas nas execuções das ações. **Resultados:** Cada vez mais se percebe que a formação temática continuada de produção de saber, com espaço de interação e troca de experiências entre as FAs, colaboram para melhor execução do serviço, maior percepção coletiva de grupo e fortalecimento da função da FA contribuindo no atendimento à criança/adolescente acolhido. A formação constante dos técnicos permite o direcionamento e a provocação do debate, mediando essa produção de saber, onde se constrói um trabalho cotidiano pautado no projeto de uma sociedade com equidade,

mais justa, solidária e protetiva para todas as pessoas. Em avaliação local, obteve-se que as FAs expressaram que a motivação inicial é “o cuidar/gostar de crianças”, mas que no decorrer do processo se amplia essa percepção de trabalho social. **Conclusões:** O trabalho de formação com FAs requer a aposta na participação da sociedade civil como agente de mudança na defesa e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. O amor e afeto, o gostar de crianças e o “ajudar”, como motivador inicial para participar do serviço passa a ser o meio e não o fim neste trabalho. Ampliam-se a participação desses cuidadores como agentes de transformação social, com maior sensibilidade e perspectivas futuras aos acolhidos, suas famílias e à sociedade em geral. A percepção do papel social e político é um processo constante e inacabado, extremamente necessário para uma mudança cultural de prevenção às violências e defesa de direitos.

Referências:

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília. Senado Federal, 1990.
- BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate A Fome. Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: MDS/SEDH/CONANDA, 2009.
- PINHEIRO, Adriana; CAMPELO, Ana Angélica; VALENTE, Jane (org.). Guia do Acolhimento Familiar. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2021. (Caderno 4).
- SOBRAL, Sandra. Os efeitos neurológicos da institucionalização e a importância da primeira infância. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ACOLHIMENTO FAMILIAR, 3, 2019, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP; Prefeitura Municipal de Campinas, CMDCA, 2019.